

SÉRIE ANTROPOLOGIA

170

**CAMPO INTELECTUAL E FEMINISMO:
ALTERIDADE E SUBJETIVIDADE NOS
ESTUDOS DE GÊNERO**

Lia Zanotta Machado

Estudo e pesquisa realizados graças ao apoio do CNPq, através da bolsa de estágio pós-doutoral em Paris, junto ao IRESCO (Institut des Recherches sur les Sociétés Contemporaines) e a EHESS (École des Hautes Études en Sciences Sociales), no período de dezembro de 1992 a agosto de 1994.

**Brasília
1994**

CAMPO INTELECTUAL E FEMINISMO: ALTERIDADE E SUBJETIVIDADE NOS ESTUDOS DE GÊNERO

Lia Zanotta Machado

A emergência de um "campo intelectual" em diferentes disciplinas das ciências humanas, definido por privilegiar os estudos sobre mulheres, os estudos sobre as relações sociais de sexo ou de gênero ("gender"), é recente e devedora do surgimento dos movimentos sociais feministas e de "liberação das mulheres" dos anos setenta. Se seus primórdios devem ser datados nos Estados Unidos em sessenta é nos anos setenta que os "novos feminismos" eclodem em vários países europeus e latino-americanos, mantendo-se com visibilidade decrescente nos anos oitenta.

Quer se identifiquem ou não como feministas: historiadoras, sociólogas e antropólogas, assim como literatas, psicanalistas, psicólogas, e filósofas que, ao privilegiarem essa temática, se reconhecem em alguma medida presentes neste "campo", entendem que os movimentos sociais de liberação das mulheres introduziram novas perspectivas e novas interrogações aos diferentes saberes disciplinares e à ciência, à epistemologia e à filosofia enquanto tais. Reivindicam, portanto, um caráter inovador face à tradição dos saberes disciplinares.

Do ponto de vista dos "movimentos feministas", toda a categoria sexual das mulheres era percebida ou como oprimida, ou como *outra* em relação a uma humanidade cuja definição mesma fôra apropriada pelo caráter masculino. Desde o seu início, a "movimentação feminista" articulava crítica ao poder masculino sobre as mulheres e crítica ao saber dominante, denunciando-se o acesso privilegiado do masculino à idéia do neutro. O fundamental no início foi a crítica "em ação" centrada na reflexão sobre as experiências vividas, quer aquelas realizadas nos múltiplos grupos de reflexão, quer aquelas presentes em grupos no interior (ou nas margens) de partidos políticos e sindicatos. Consubstancial aos eventos políticos, uma crítica aos saberes constituidos estava e foi sendo elaborada. Este saber crítico "em ato" desde o início se exigiu também enquanto saber teórico inovador. A necessidade da constituição de um novo olhar teórico aos poucos reivindicou espaços próprios, como a criação de revistas feministas de caráter prioritariamente teórico, e a constituição de grupos de estudos, pesquisas e elaboração teórica junto a instituições universitárias e de pesquisa.

Campo Intelectual e Feminismo

As histórias se diferenciam segundo contextos nacionais e regionais, mas de modo geral, hoje, os movimentos feministas dos anos setenta ao final dos anos oitenta perderam

em parte a sua dinamicidade enquanto "movimento social" mas se constituíram no grande elemento forjador da emergência do "campo intelectual de estudos de gênero, de sexo social ou de estudos de mulheres" com graus diferentes de legitimação e institucionalização disciplinar e interdisciplinar.

Os grupos de pesquisadoras(es), enquanto grupos e indivíduos se reconhecem e se auto-reconhecem em posições diferentes quanto ao grau de importância da identidade de feminista ou de pesquisadora. O modo como se analisa esta questão pode dar lugar à interpretação de Rose-Marie Lagrave (1990) de um campo constituído por grupos distribuídos em torno das posições polares "da pesquisa ortodoxa" a da postura "militante". Entendo que esta polarização não pode ser entendida como constituindo este campo, mas constituída pelo lugar e pelo modo pelos quais o campo intelectual integra o feminismo.

Se esta polarização é entendida como definidora deste campo específico, corre-se o risco de se ficar imerso exclusivamente no jogo das identidades, próximo ao nível do senso comum, e irremediavelmente preso a uma visão dicotômica e agonística. Ou o campo tende a ser "normalizado" pelo peso das instituições universitárias ou, por ser "militante", marginalizado e expulso pelas instituições universitárias. "Ao aceitar as regras do jogo científico, os grupos e os indivíduos se deixaram aprisionar no jogo, aceitando tomar o passo dos poderes institucionais para neutralizar e normalizar os estudos sobre as mulheres retirando toda sua visão subversiva". (Lagrave; 1990, p. 3). Confunde-se aqui um conhecimento "à l'avance" da polarização) com o conhecimento do destino deste campo. A desconfiança de alguns grupos militantes em relação ao movimento de outros de se acercar das universidades (referida pela autora) parece ser uma profecia auto-cumprida: anunciada e confirmada. As posições mais extremadas se identificam: militantes e cientistas anunciam "ex-ante" que, por destino, o feminismo é incompatível com os saberes científicos.

O que define e constitui o campo em sua "autonomia relativa", ao contrário, é exatamente a produção da possibilidade deste diálogo e deste confronto, com todas as dificuldades e pontos de impasse que se possa e se deva referir. Um "campo intelectual" (no sentido de Bourdieu, 1968 e 1974) ou uma "comunidade de comunicação" no sentido de Apel (1985) só se constitui a respeito de uma temática ou problemática se e quanto se tece em torno de um consenso mínimo comum entre interlocutores em torno das normas e regras inerentes à argumentação que deve prevalecer entre seus membros. Por estarem inseridos num mesmo jogo de linguagem, é que posições diversas podem se constituir num espaço como "diferentes, similares ou opostas" entre si.

No caso em análise, entendo que este "campo intelectual" ou "comunidade de argumentação", se institui pelo reconhecimento de uma dupla dívida: a dívida em relação aos saberes disciplinares, porque com eles se identificam e dialogam e porque se "instalam" nas instituições universitárias e de pesquisa, e a dívida em relação ao feminismo por forjar a abertura de novas formas de interrogar e de priorizar esta temática. Concordo com Lagrave ao apontar a tensão entre militantismo e pesquisa científica presente neste campo. Discordo da caracterização desta tensão como uma forma agônica onde o reconhecimento é tanto um conhecimento "ex-ante", como definidor de seu destino. Há tensão, mas num campo que se reconhece face a uma dupla "dívida".

No estudo que estou realizando sobre este campo intelectual e sua produção teórica, entendo a partir dos próprios "dados do terreno", que este campo se constitui pela tensão do duplo reconhecimento da dívida social com o feminismo e com os saberes científicos. É o reconhecimento tenso desta "dupla dívida" que constitui o campo e define o

mapa de suas fronteiras, num modelo muito mais próximo ao desenho que faz Evans-Pritchard (1968) das fronteiras de identidades Núer, que ao desenho rígido das fronteiras territoriais nacionais.

As novas redes de intelectuais que tendem a se constituir como "campo", explicitam sua identidade em torno da proposta e do reconhecimento da capacidade e vontade política de introduzir um pensamento crítico e inovador na área, ou de introduzir uma nova valorização da área que a retire do seu caráter secundário.

Um pensamento utópico de um novo saber é o que parece presidir a constituição desse campo intelectual, não a idéia de que essa temática seja em si nova. A inovação advém da perspectiva baseada no pensamento utópico que, instituído como movimento feminista, permitiu definir a inaceitabilidade da posição social simbolicamente discriminada e dominada das mulheres, frente aos poderes e aos saberes dominantes. Se no momento dos primórdios fundadores da "mouvance" feminista, o que dominavam eram a denúncia e a imaginação na produção de eventos, manifestações e divulgação, nos momentos posteriores da constituição do "campo intelectual" dos estudos de gênero, o que predomina é a interlocução crítica com os diferentes saberes disciplinares. Ao mesmo tempo as posições feministas são confrontadas pelos saberes disciplinares.

Bourdieu (1990) critica este campo como se ele se auto-definisse pela qualidade de introdutor de uma nova temática, como se ele se auto-atribuisse a "descoberta" de antigas verdades das ciências sociais... . A novidade deste campo não é a sua temática, mas sim perspectivas de análise que se pensam devedoras não só de uma crítica feminista aos saberes, como também devedoras desses mesmos saberes, com eles estabelecendo uma interlocução crítica. Evidentemente, as questões em torno da diferença sexual, da divisão sexual de trabalho, da divisão sexual das emoções e das relações de poder entre os sexos sociais, já haviam sido objeto de análises pelas diversas ciências humanas.

Qual é a dívida então reconhecida por este novo campo intelectual em relação ao feminismo ?

É reconhecer a novidade dos movimentos feministas, na reinterrogação dos saberes científicos sobre as relações de sexo social (ou de gênero). É um campo que constitui a produção teórica na tensão persistente entre a "revelação/constatação" da "dominação masculina" (para uns) ou da "posição secundária do feminino na hierarquia de valor da diferença sexual" (para outros) e o pensamento crítico que se posiciona como estrangeiro a esta "dominação" e que postula a "revelação/constatação" da arbitrariedade e inconsistência de quaisquer argumentos que a inscreveram universalmente no tempo.

É a dívida em relação ao feminismo que faz problema para a comunidade científica no seu sentido mais amplo. E é em torno ao seu reconhecimento/não reconhecimento que este sub-campo se constitui, se expande ou se retrai. É porque em alguma medida, ele conserva em atividade a força do pensamento utópico e crítico, que ele se distingue.

Nem os movimentos feministas nem o campo de estudos de gênero "descobriram" o caráter social naturalizado das diferenças sexuais, mas, propuseram uma nova perspectiva e positividade de "pousser jusqu'au bout" as consequências destes "tão antigos saberes das ciências humanas", muitas vezes reduzidos a um caráter inerte e ineficaz porque incapazes de produzir seus possíveis desdobramentos, tanto na crítica dos saberes científicos quanto dos poderes sociais.

Estou aqui tomando Bourdieu como interlocutor, dialogando com o texto de 1990, onde o autor critica a posição de um feminismo (seria o de uma autora ou de todos os feminismos ?) se pensar como descobridor dessas "verdades tão antigas". Bourdieu supõe que os saberes teóricos feministas e os saberes do "campo intelectual de estudos de gênero" se auto-reconhecem em torno da idéia da "descoberta" do caráter social naturalizado das diferenças sexuais. Esta suposição só pode estar assentada num conhecimento ainda muito restrito da literatura da área feita a partir de uma posição ambivalente e oscilante do autor entre reconhecer ou não reconhecer um campo intelectual que se constitui na imbricação dos saberes feministas e dos saberes disciplinares. Ou seja, a fala que Bourdieu estabelece com "o feminismo" e o diálogo que o campo intelectual tal como acima definido estabelece com Bourdieu faz parte do jogo das regras de poder em torno da constituição, delimitação e legitimação deste campo intelectual.

Bourdieu ocupa posição estratégica no campo intelectual face ao reconhecimento e não reconhecimento do campo de estudo das pesquisas sobre mulheres e relações sociais de sexo. Se de uma certa maneira se reconhece no campo e visibiliza o auto-reconhecimento ao escrever recentemente "A Dominação Masculina" (1990), estabelece restrições: critica uma das teorias feministas invocando alusivamente todas as teorias feministas. Criticado por ter feito esta alusão, confessa sua vontade de se deter sobre as teorias feministas da dominação e das relações sociais de sexo. Ao invocar uma fala futura, aponta seu poder tanto legitimador quanto restritor.

As "antigas aquisições" das ciências sociais sobre as diferenças sexuais parecem não terem sido suficientes para o desdobramento de uma série de interrogações sobre a permanência no seu discurso da ocultação dos efeitos das diferenças sexuais na constituição mesma dos saberes filosóficos e disciplinares. Insuficientes também para impedir a relegação da questão da diferença sexual e da dominação sexual a lugares secundários no âmbito das questões julgadas relevantes. No meu entender o cerne constituinte deste novo campo intelectual, é trabalhar com as questões de gênero ou relações sociais de sexo introduzindo tais interrogações (em resposta tanto ao lugar secundário no campo científico, quanto à conhecida descontinuidade dos movimentos feministas surgidos a partir da consolidação das sociedades individualistas, no sentido de Dumont, 1984).

Se as teorias sociológicas e antropológicas revelam o caráter social da divisão de trabalho sexual, elas não estão imunes a pagarem o preço de produzirem um segundo tipo de "naturalização": a naturalização derivada da explicação/compreensão/interpretação da autoridade científica de reafirmar a força do social em atribuir significado à diferença sexual. Ou acaba por produzir um reforço/conformismo frente aos ditames das sociedades, ou produz banalização da idéia de uma sociedade moderna que tende "naturalmente" pelo seu progresso a uma igualdade entre os sexos. É nesta tensão, contra esse segundo tipo de "naturalização" que se constitui o campo de estudos de gênero.

Os limites exteriores, mas fronteiros deste campo se desenham na área intersticial de pesquisadores que tratam com questões que tangenciam esta temática ou que a englobam sem com ela se confundir e que tendencialmente não reconhecem qualquer dívida intelectual com o feminismo. Reconhecem mais facilmente seu caráter inovador político, que os feitos e efeitos no campo intelectual. Tendem a rejeitar a inscrição do feminismo no campo intelectual pois seu caráter militante seria por si impeditivo do exercício da atividade científica. Como, se em grande parte, os pensamentos filosófico e

científico não tivessem como uma de suas grandes forças propulsoras o pensamento utópico... Estes limites são, no entanto, sempre suscetíveis à mobilidade, pois algum critério ou grau de reconhecimento pode se inserir num certo mal-estar de não legitimar o pensamento feminista ou numa certa lucidez em tratar com prudência a questão do feminino tendo em vista o movimento feminista.

Poderíamos repetir sobre este campo intelectual constituído por uma maioria de mulheres, o mesmo que Monique de Saint-Martin (1990) e Christine Planté (1989) disseram para as relações entre as mulheres escritoras e o campo literário na França, no século passado. "As mulheres escritoras 'incomodam', já se disse; elas não encontram graça aos olhos de nenhuma corrente de pensamento" (Saint-Martin, 1990, p. 56). "Para os republicanos, elas são produtos da monarquia, para os conservadores, elas são suportes da democracia" (Planté, 1989, p. 60). "O campo literário, por sua gênese, por seu funcionamento, seus valores, suas representações, tende a atribuir mais indulgência e reconhecimento aos homens que às mulheres". (Saint-Martin, 1990, p.56).

Para além disso, no entanto, e especialmente pensando na expansão desses estudos nos países anglo-saxônicos, poderíamos pensar na expansão de uma certa "lucidez" no campo intelectual em geral, como nos fala Geneviève Fraisse (1992) sobre os filósofos. "A lucidez do homem filosófico não é mais a mesma. (...) Eles sabem que o falocentrismo tem boas razões de ser criticado; (...). Eles têm consciência das dificuldades epistemológicas (em qual condição posso falar desta questão, eu que sou um homem?) e dos contextos políticos (não se evitará de falar da emancipação das mulheres)". (Fraisse, 1992, ps. 84 et 87).

Em suma, no nosso entender, as "redes" de pesquisadores e pensadores, mais ou menos fluidas ou consolidadas, no interior e nas fronteiras das comunidades científicas da sociologia, antropologia, ciência política, história, psicanálise, psicologia e letras, se caracteriza como um campo, não por assumir uma ou diferentes identidades feministas, mas por reconhecer a dívida com os feminismos face ao novo quadro de interrogações postas pelas feministas. Dívida que reconhece a originalidade das formas de reflexão sobre as experiências vividas e da reflexão teórica e política sobre os saberes científicos emergidas em um campo de movimento social. Neste campo, a exigência do trabalho propriamente científico da construção do objeto e a crença na capacidade "reveladora" da ciência é consentânea com o pensamento utópico e crítico.

A especificidade da experiência vivida e que se constitui na temática central nucleia-se num dilema sempre aberto e oscilante das relações entre feminino e masculino no acesso à idéia de indivíduo neutro universal. Por não aceitar a posição subordinada das mulheres, o movimento feminista pretende subverter posições e reinterrogar saberes. As resoluções tendem a ser antagonicas ou trabalhar com o jogo da ambivalência. Ao nível das teorizações e da disputa política, duas correntes tendem a se definir: a das "diferencialistas" que postulam o reconhecimento de uma identidade centrada na diferença quer biológica quer cultural, e a das "igualitaristas" que entendem que qualquer diferença é signo de inferioridade e desigualdade.

Para além de todas as diferenças entre as feministas e os feminismos, as correntes femininas colocaram o problema do acesso das mulheres à posição de sujeito: sujeito político e sujeito crítico a um saber científico. Inscrição de um pensamento utópico que se quer sujeito político e sujeito enunciador da palavra. E que a partir dessa postura é que enuncia um repensar sobre as noções e os usos da alteridade e da subjetividade nas

modalidades de fazer ciência e filosofar.

Em torno da Alteridade: desenhando contrastes entre o campo francês, americano e brasileiro

O campo intelectual brasileiro de "estudos sobre mulheres" e "estudos sobre gênero" se constitui na interlocução simultânea e paralela com autoras(es) do campo intelectual americano dos "women's studies" e dos "gender' studies", e do campo intelectual francês das "pesquisas feministas", "pesquisas sobre mulheres", "estudos femininos" e "estudos sobre relações sociais de sexo". A minha incursão sobre os estudos de gênero, tomando-o no seu sentido mais abrangente, pretende seguir uma perspectiva comparativa.

Entendo que o conhecimento do campo intelectual brasileiro passa necessariamente por analisar e refletir sobre esta dupla e paralela influência. A construção intelectual das questões de gênero responde em grande parte à singularidade dos diferentes contextos políticos nacionais. Os movimentos feministas encontram e constituem suas discursividades, não só se auto-alimentando a nível internacional, mas em resposta às suas culturas políticas nacionais. A linguagem política para falar das diferenças de sexo ou de gênero, geralmente se articula, por metáforas ou metonímias, com linguagens políticas que falam de outras diferenças sociais, como as das minorias sociais raciais, étnicas e regionais. Assim os conceitos e as questões introduzidas a partir dos campos francês e americano carregam consigo uma discursividade que aponta e está impregnada de toda uma história política das relações não só entre homens e mulheres, mas também entre as majorias e as minorias raciais, étnicas e regionais.

Estudar a especificidade contextual dos campos francês e americano é um objetivo que se desenhou para mim como forma de chegar a dar conta, por contraste, da especificidade do campo brasileiro. A primeira característica do campo intelectual brasileiro é a de se entender como um lugar que dialoga e incorpora simultânea e acumulativamente as contribuições dos campos americano e francês. A escolha, portanto, não foi casual; são essas as tradições que nos informam. Será depois preciso caracterizar como o cenário político brasileiro informa a maneira de incorporar e ler esta dupla influência. Influências que foram paralelas e simultâneas desde a eclosão dos movimentos feministas na segunda metade dos anos setenta.

O contato, a convivência e a pesquisa realizada entre autoras e pesquisadoras francesas durante um ano e meio em Paris foram constituindo a possibilidade e exigência de um desenho triangular contrastivo, muito embora não tenha sobre o campo americano, conhecimento proveniente de uma convivência direta. A pesquisa em Paris permitiu-me, no entanto, aceder ao contraste entre duas formas distintas de percepção e recepção da produção americana no Brasil e na França.

Minha análise será centrada neste artigo sobre o campo intelectual francês, tendo como cenário referencial a produção americana, e tendo como ponto de partida, um olhar inserido na produção brasileira.

A constituição mesma dos termos do debate sobre os diferentes usos e modalidades das noções de alteridade e subjetividade estão articuladas aos contextos distintos das correntes diferencialistas e igualitaristas, presentes tanto nos movimentos

feministas como no campo de estudos de gênero. Mas não basta pensá-las neste contexto. É substancial pensá-las no contexto mais amplo das modalidades de uso político das idéias de igualdade e diferença e da sua imersão numa rede de significantes simbólicos, diversamente constituída em cada âmbito nacional. As relações entre alteridade e subjetividade devem ser referidas aos significantes e significados políticos e culturais diferenciais das noções de igualdade e diferença, e suas associações com as diferentes formas de entender e problematizar a questão da universalidade nos contextos americano e francês.

A apresentação, sem muita introdução, de dois textos produzidos no interior do campo de estudos de gênero ou sexo social, objetiva facilitar o defrontamento de modalidades distintas de lidar com a alteridade e subjetividade, e suas relações com o conceito de universalidade. Entendo poderem ser referidas como significativas dos contextos culturais e políticos predominantes nos Estados Unidos e na França.

— "(...) Desse modo argumento que uma ética emancipatória deve revelar uma concepção de razão normativa que não oponha razão a desejo e afetividade. Levanto essa questão ao discutir o pensamento da razão deontológica de que a razão normativa deve ser imparcial e universal. Mostro que o ideal de imparcialidade exprime o que Theodor Adorno chama de lógica da identidade que nega e reprime diferença. A vontade de unificar expressa por esse ideal de razão imparcial e universal gera um penoso antagonismo entre razão e desejo e afetividade. (...) As feministas mostraram que a exclusão teórica das mulheres do público universalista não é mero acaso ou aberração. O ideal do público cívico exibe uma vontade de unificar, e exige a exclusão de aspectos da existência humana que ameaçam dispersar a unidade fraternal de formas retas e verticais, especialmente exclusão de mulheres. (...) O estudo sugere que uma concepção emancipatória da vida pública pode garantir melhor a inclusão de todas as pessoas e grupos, não pela alegação de uma universalidade unificada, mas pelo explícito fomento da heterogeneidade no público. (...) A partir de novos ideais dos movimentos políticos radicais contemporâneos nos Estados Unidos, deduzo a imagem de um público heterogêneo, com dimensões estéticas, afetivas e discursivas." (Young, Marion, 1987).

—"A interrogação sobre a cientificidade da ciência se estendeu às ciências sociais em geral: a negação da subjetividade que parecia a condição 'sine qua non' de toda objetividade, ou seja da elaboração de uma ciência pura, tende a ceder o lugar a um exame crítico constantemente renovado das condições de produção dos saberes. (...) Pode-se comparar as teorias nacionalistas as mais exclusivas dos conhecimentos ocidentais a certas correntes feministas da diferença e aí encontrar uma recusa comparável da comunicação racional em função do fato do privilégio dado ao conhecimento por empatia que faz coincidir o sujeito e o objeto. Nos anos 1960-1980, o mesmo tipo de questões são trabalhadas pela antropologia: elas são suscitadas pela reivindicação de autonomia dos dominados. (...) Este livro (Mathieu, Nicole, 1985) me interessa pessoalmente na medida em que são colocadas as questões referentes ao efeito de conhecimento resultante da posição de sexo (N. Mathieu diz posição de classe de sexo) e em que é afirmada a validade da antropologia dos sexos contra as acusações de etnocentrismo, em virtude da afinidade estrutural entre as nossas sociedades e as outras ... onde somente a análise permite colocá-la em evidência. E deve-se levar em conta então, como sublinha Mathieu, (...) do que a posição de homem ou de mulher lhe permite conhecer sobre a opressão exercida e sobre a dominação sofrida (id.). (...) Elas (as algerianas) reconhecem então a opressão da qual elas

são objeto mas afirmam que é preciso vivê-la sobre o lugar para a compreender. Conhecimento por empatia que supõe a ausência total de correspondência entre as sociedades: a delas, a minha. (...) O discurso do nacionalismo sobre a especificidade e a autenticidade mascara toda a afinidade estrutural entre as sociedades e torna problemática a solidariedade" (Gadant, Monique, 1991).

Poderia ter citado outros textos, mas estes dois são exemplares porque claramente se referem ao contexto político cultural englobante e seus supostos.

Para Young, é a repressão das diferenças pela razão imparcial e universal que faz problema. A idéia de universalidade que permite uma verdadeira democracia parece ser aquela que dá voz a um público heterogêneo formado pelos movimentos radicais contemporâneos que são os "black movements", os "gay and lesbian movements" e os "feminist movements". O "direitos à diferença" se inserem num discurso político de oposição a um governo e a uma sociedade discriminadora porque excluem minorias. Fica claro que a imagem dominante da sociedade americana é a que se supõe constituída por comunidades e categorias que se distinguem por suas histórias e identidades diversas.

A nação americana, por sua tradição protestante, por sua história de país de imigração e de passado escravista seguido de uma política racial separacionista não se vê construída exclusivamente em torno de uma idéia abstrata de indivíduos mas de indivíduos concretos participantes de comunidades ou categorias sociais variadas. O pensamento utópico e crítico é o da produção do acesso das comunidades aos mesmos direitos políticos. Enquanto as elites reprimem as diferenças, a luta das minorias é a de sua inserção. O "trabalho" dos conceitos de diferença e alteridade no mundo intelectual está situado no mesmo espaço do pensamento crítico-utópico. A alteridade não é algo pensado como irreduzível e fechado mas aberto e em interlocução com outras alteridades. A expansão da heterogeneidade é que produz a democracia e que constrói a universalidade não unificada.

Em contraste, para Gadant, é a afirmação da diferença que faz problema. A diferença é vista como irreduzível e prisioneira de um relativismo absoluto que impede a interlocução. Nacionalismos e diferencialismos são a recusa à comunicação racional e ao diálogo entre sociedades e categorias que se distinguem. O conhecimento requerido pelo nacionalismo algeriano é percebido como o conhecimento por empatia que tem por corolário a afirmação de que só o mesmo conhece o mesmo. A subjetividade expressa pelas mulheres algerianas é entendida como presa a um contexto auto-referido. Auto-referida, a subjetividade, é vista como impedindo a objetividade. A ênfase na diferença se constitui em perigo para a realização do entendimento universal e para a possibilidade de atingir a objetividade. O universal e a objetividade estão assentados na racionalidade abstrata. É o que, por estar presente em todas as culturas, permite a compreensão entre elas e a percepção das afinidades estruturais. Neste caso, trata-se da percepção da afinidade estrutural da posição de classe de sexo entre as sociedades.

O contexto de referência é o da relação entre um sentimento anti-colonialista de intelectuais franceses frente ao desencontro com um movimento nacionalista que acompanha a luta anti-colonialista na Argélia e que se faz também contestador do saber ocidental. Este diferencialismo nacionalista, na cena política, contesta a própria idéia de universalismo, fundamental para as esquerdas francesas estabelecerem solidariedades no âmbito internacional. Mas o enraizamento político da idéia de universalismo e de sua percepção como antagônica à idéia de qualquer diferença, deve ser buscada mais longe no tempo, embora atuando cotidianamente.

A nação francesa se constituiu em torno da idéia do indivíduo abstrato universal, tornado o paradigma do indivíduo-cidadão. A República Francesa se constituiu primordialmente contra a sociedade dos três estados, mas também contra as identidades regionais culturais. Essas diferenças foram objeto de uma política de "longa duração" que visava sua abolição para poder constituir a idéia de igualdade e de unificação cultural. Assim, igualdade e identidade na cultura francesa são categorias extremamente próximas. A unificação cultural foi condição constituinte para o Estado-nação republicano francês. Éleni Varikas (1989) mostra como, na Revolução Francesa, os judeus e os negros foram primeiro excluídos e depois incluídos em 1791 e 1794 respectivamente após um debate onde a retórica argumentativa era a idéia de aceder à cidadania por demonstrarem méritos. Os primeiros judeus a serem admitidos ao "droit de cité" serão os portugueses, "melhor assimilados e assimiláveis". "Eu sempre pensei que se poderia recriar este povo, levá-lo à virtude e participante da felicidade" (Moção em favor dos judeus, por M. Grégoire) in Varikas (1989, p. 13).

As referências a direitos comunitários vinculados às identidades culturais são sempre ditas e escutadas no registro de algum arcaísmo que impede o acesso à plena cidadania. O ideal de integração como sinônimo de assimilação, proposto para os estrangeiros, é praticamente incontestado. O ideal é o da não permanência de qualquer diferença cultural em solo francês. É como se os grupos minoritários tivessem que aceder à cidadania através da prova de sua integração. (São inúmeros os artigos da imprensa que se referem a estes termos.) A idéia força do indivíduo-cidadão calcado na sua idéia abstrata contrasta com a modalidade da reivindicação dos movimentos políticos americanos do respeito ao indivíduo concreto e às diferenças culturais.

A noção de diferença atua exclusivamente como valor negativo. A norma é o solo legítimo a partir do qual se faz o julgamento do que difere e dela se distancia. Se é a noção dos direitos naturais do indivíduo abstrato (todo homem) de ser livre e igual que possibilita, na cena da Revolução Francesa, a possibilidade de os judeus e negros serem cidadãos, é também a imediata e invisibilizada *associação da idéia de indivíduo com o modelo do indivíduo francês* que produz um sentido assimétrico e depreciativo de qualquer diferença cultural.

As mulheres não foram excluídas em nome de uma diferença cultural, mas, por serem os termos propiciadores do acesso dos homens livres ao pleno entendimento de sua qualidade de ser livre e proprietários. As mulheres eram pensadas como membros da família representada pelo seu chefe, que, por essa razão, podia ter acesso à cidadania. (Ver Capitán, 1993 e Fraisse, 1989). Houve, no dizer de Mariette Sineau (1994), uma "enfeudação do civil no público, do privado no político", de tal ordem que a subordinação da mulheres teria sido maior nos países latinos católicos que nos países anglo-saxônicos. No meu entender, ao refletir sobre o movimento feminista na França, é como se o combate se fizesse fundamentalmente contra o princípio da exclusão das mulheres. Princípio instalado e sagrado no Código Civil de 1804 e de novo reconhecido no "sufrágio universal" exclusivamente masculino, e só alcançando a universalidade feminina e masculina do voto em 1944.

Nos países anglo-saxônicos, onde a ética protestante é protetora dos direitos individuais na sua acepção concreta, e onde o sistema jurídico da "common law" não é visto como emanção de um princípio diretivo, mas sim como regras para gerir conflitos, a sociedade é auto-pensada como constituída de grupos de, e com, interesses distintos. Os

movimentos feministas parecem ter imprimido o caráter da defesa dos interesses e direitos de um grupo ou categoria específica face a uma coletividade que até então lhe negava o acesso.

É nesse contexto significativo, de sociedade de grupos de interesse e de conflitos, que a noção de diferença pode operar reversivamente, isto é, tanto negativa como positivamente. Utilizada para discriminar, segregar, excluir, pode ao mesmo tempo ser usada para distinguir e constituir identidades, guardando um contra-sentido positivo. Pode dar origem ao recente conceito de discriminação positiva, políticas compensatórias à discriminação negativa. Como pode dar origem à reapropriações e reversões de sentido, como a revalorização da "Black culture" em resposta ao "apartheid" nos Estados Unidos.

As correntes diferencialistas e igualitaristas, no entanto, estão presentes tanto no contexto americano quanto no francês, como, aliás em quase todos os países onde o movimento feminista se desenvolveu. Este debate está presente também no interior do desenvolvimento do campo de estudos de gênero e sexo social. Entendo que há um aspecto da ambivalência constante entre correntes igualitaristas e diferencialistas nos movimentos feministas, que deve ser atribuído ao lugar paradoxal do estatuto das mulheres na constituição das sociedades individualistas: seu acesso assimétrico à categoria de indivíduo e de humano que lhes atribui experiências de vida e percepções, tanto semelhantes quanto diferentes das dos indivíduos masculinos. Essa explicação, no entanto, não é suficiente.

Na constituição do "campo intelectual de estudos de gênero ou sexo social", encontra-se no campo francês, uma predominância pela adesão ao conceito de universalidade. Este conceito deve ser interrogado em nome do caráter de dominação das mulheres, ou em nome de uma reflexão e incorporação da diferença sexual, mas num ou noutro caso, não em nome de diferenças ou perspectivas culturais que se considerem "outras" em referência ao próprio conceito de universalidade.

Mesmo o pensamento diferencialista aí se coloca no registro da universalidade, pois a atenção reivindicada para a alteridade feminina é visualizada para toda a categoria de mulheres. Não há um desdobramento da consideração de multiplicidade de diferenças entre as mulheres como ocorre, tendencialmente, nos debates americanos. Quanto ao pensamento igualitarista, ele, sim, se interroga sobre as distintas modalidades de dominação, mas o faz sem colocar em jogo a idéia de uma dominação universal (até hoje mantida).

O campo francês caracteriza-se por uma fratura nítida entre a corrente diferencialista e a igualitarista. Os desdobramentos teóricos da dominação de sexo e de uma diferença de sexo seguem caminhos separados, desenhando raras intersecções. A fala da dominação está sobretudo ancorada nos saberes disciplinares da sociologia, da antropologia e da história. A fala da diferença e o estudo do "feminino" estão sobretudo ancorados na literatura, psicanálise e filosofia. A minoria das literatas, psicólogas, psicanalistas e filósofas que trabalham com a dimensão social e histórica das suas temáticas dialogam com o primeiro campo referido e raramente com a "diferença feminina".

Sem dúvida, esta "divisão de trabalho" entre as disciplinas responde à diversidade de intensidade dos fluxos e debates entre novas tendências das correntes filosóficas e científica. Consentâneo aos momentos da emergência dos movimentos feministas e da constituição dos "estudos de gênero", o campo intelectual e epistemológico passava por mudanças substantivas em relação ao problema do sujeito ontológico. Nos anos sessenta e setenta, o crescimento do pensamento estruturalista reforçava a idéia da objetividade do social, mas um social imaginado sob a égide da linguagem e do simbólico, introduzia

noções de um inconsciente estruturador e Foucault anunciava a morte de um humanismo voluntarista. Lacan relia Freud e Althusser relia Marx. A teoria estruturalista levi-straussiana ganhava espaço sobre as teorias funcionalistas anglosaxônicas e as revisitas são feitas entre o estruturalismo e o estrutural-funcionalismo. As teorias marxistas assentadas na teoria do sujeito da história se refaziam numa linguagem estruturalista do sujeito-ator construído pela trama das posições sociais e suas conjunturas.

Ao mesmo tempo em que essa verdade-objetividade era exaltada em detrimento do sujeito e da subjetividade, uma visão fenomenológica (ou várias) a partir de Husserl fazia crítica ao estruturalismo e se constituía para as ciências sociais na possibilidade epistemológica de se fundar pela "intersubjetividade". As críticas nietzcheanas das verdades metafísicas eram retomadas por Heidegger, e inspiravam as perspectivas desconstrucionistas de Derrida e as pós-modernistas de Lyotard e Vattimo, reforçando a crítica e denúncia das verdades objetivas pela sinalização da "vontade de poder" contida nos discursos filosóficos e do saber que se quer "do um", mas é sempre ambivalente. Do logocentrismo criticado por Heidegger, passa-se ao phallo-logocentrismo criticado por Derrida.

A perspectiva desconstrucionista de Derrida é absorvida na França pelo pensamento feminista da filosofia da psicanálise e das letras. Os saberes feministas vinculados à sociologia, antropologia e história, em geral, o consideram incompatível com as perspectivas pelas quais constroem suas problemáticas.

No contexto americano será outra a leitura de Derrida e outra a forma de articular autores. Derrida é muitas vezes citado, em geral ao lado de Foucault e há setores feministas marxistas que dialogam e/ou aglutinam suas falas com autores como Derrida e outros considerados pós-modernistas.

O jogo do fluxo das correntes intelectuais para ser entendido deve ser remetido não só aos processos internos do campo intelectual, mas, de novo, ao sistema de significantes políticos, absolutamente diversos nos contextos nacionais.

Dominação e Subjetividade: sociologia, história e antropologia.

O pensamento teórico do feminismo radical igualitarista que se construiu ao longo do movimento feminista enfatizou o conceito do patriarcalismo, da dominação de classe de sexo e da universalidade da opressão das mulheres (até hoje). Cristine Delphy (1970 e 1977), Nicole Mathieu (1970, 1985 e 1993) e Collette Guillaumin (1970 e 1993) são fundamentais para a criação da *Revista Questions Feministes* que se propõe uma revista teórica e para a formulação e desenvolvimento de uma teoria do feminismo radical. O conceito de diferença é rejeitado. A situação qualitativa que dá unidade ou afinidade às mulheres é a sua subordinação.

Os feminismos de tendências próximas, como os de "lutas de classe", tem em comum com o pensamento radical, a ênfase na interrogação sobre as formas de dominação. Estes pensamentos feministas aglutinam e inspiram pesquisas, ensaios e análises epistemológicas já no interior do campo institucional dos estudos de gênero, isto é, na "cité scientifique". A temática da dominação contida nas relações sociais de sexo estabelece um núcleo de diálogo entre toda uma série de sociólogas, antropólogas e historiadoras. Com interações mais ou menos intensas ou esporádicas, há uma circulação direta ou indireta entre pesquisadoras articuladas ao CEDREF, GEDISST, Séminaire d'histoire des femmes de l'EHESS e historiadoras, sociólogas e antropólogas de Paris VII (Jussieu), de Paris VIII (Saint-Denis) e da EHESS (École des Hautes Études en Sciences Sociales) que trabalham sobre essa temática.

A ênfase na dominação das relações sociais de sexo se acomoda diferentemente nos "noyaux durs" (núcleos duros, mais permanentes) de cada saber disciplinar. Em sobrevôo, darei algumas indicações. Na sociologia, onde a reflexão sobre o poder é fundante, o desafio será a introdução da temática do poder de sexo frente à dominância do foco do poder de classe que se sente ameaçado. Na antropologia, onde a reflexão sobre as categorias sexuais é fundamental e tradicional, o desafio será o confronto entre a idéia de dominação de sexo e as idéias de diferença hierarquizada e de diferença por complementariedade. Na história, o desafio será confrontar o lugar esquecido e secundário das mulheres pelo efeito da hegemonia de uma história política. Por tradição, e em função de seu objeto, as diferenças culturais importam mais para a antropologia e para a história do que para a sociologia. Assim, mais nessas duas disciplinas que na sociologia, problematiza-se o confronto ou articulação entre as categorias de "dominação sexual" e "diferença sexual". Na sociologia, (ver também nesse sentido, Machado, 1992), a idéia de desigualdade tende a ser soberana sobre a de diferença.

Da teorização inicial do feminismo radical que se faz numa linguagem que privilegia o social e o sociológico, se passa a buscar novas formas de se imbricar e de produzir novos saberes no interior das disciplinas. No domínio da sociologia, tomarei em conta no escopo deste trabalho, temáticas desenvolvidas pelo GEDISST. A separação entre a sociologia do trabalho e a sociologia da família é criticada para dar lugar a um novo ângulo de visão: é a partir de sua articulação que o trabalho feminino e o trabalho doméstico podem ser entendidos. Os estudos sobre qualificação do trabalho ganham inteligibilidade se o próprio entendimento do que é qualificação passar pelo crivo do valor que se dá ao feminino e ao masculino. A noção do caráter transversal das relações sociais de sexo aos diversos domínios é sintoma de que a temática de gênero se quer visível e é um dos estruturantes da dimensão social. (Ver especialmente Danièle Kergoat, (1993),

Fougeyrollas, Chabaud e Sonthonax (1985) e Hirata (1992).

Esta "inventividade" se assenta na perspectiva da escolha de um olhar situado e nucleado a partir da posição das mulheres na sociedade. Um olhar que pudesse dizer como a sociedade aparece para as posições das mulheres, e não apenas os lugares das mulheres na sociedade. A postura objetiva é reclamada, mas pelo privilegiamento dos olhares das mulheres. Ao mesmo tempo, dá-se a *démarche* para reintegrar e repensar a subjetividade e o sujeito na construção do objeto de conhecimento. Em nenhum momento, a dominação masculina é construída a partir de uma constatação "neutra" como um "fato social" de naturalização de segundo tipo. Essa "sutileza" é a sua distinção. É a qualidade pela qual a "objetividade" é fraturada no espaço do pensamento e da escritura, permitindo lugar à subjetividade dos sujeitos sociais, e por aí os diferentes olhares.

Se a interrogação teórica sobre a subjetividade do ator social é aí prioritária, a interrogação sobre a subjetividade do pesquisador não me pareceu estar sendo privilegiada no campo da sociologia das relações sociais de sexo, mas estou longe de poder esgotar neste espaço tal questão. De qualquer forma é como se um novo ângulo de análise estivesse sendo possível pela criação de uma nova "sensibilidade". Não há qualquer reivindicação de que apenas um olhar feminino possa ver a partir desse ângulo. Mas é como se nem todos os pesquisadores, e especialmente nem todos os homens tivessem ou pudessem ter a mesma sensibilidade. Estamos nitidamente num campo que se define como científico, mas que guarda, ao mesmo tempo, com sutileza radical, a marca da *sensibilidade feminista* capaz de produzir um novo olhar.

Trata-se da introdução de um olhar situado na produção do saber. Se o debate intelectual não se faz sobre as "condições de produção do saber", a proposta metodológica parte e se constitui da admissão que este olhar é situado. Somente um olhar situado pode escolher ângulos de visão, e pontos de foco. É deste olhar que se constrói uma percepção que trabalha com conceitos. O saber não é jogo de conceitos puros, diríamos fazendo alusão a Cassirer (1988).

No saber disciplinar da história, o campo de estudos de mulheres e de gênero, se aglutina especialmente em torno da construção de uma história das mulheres. Michelle Perrot lembra "quatro datas, significativas de uma evolução: - 1973: primeiro curso em Jussieu: "Les femmes ont-elles une histoire?" (As mulheres têm uma história?) (...) - 1983: "Une histoire des femmes est-elle possible?" (Uma história das mulheres é possível?) (...) - 1990-1992: aparição dos cinco volumes de "Storia delle Donne"/"Histoire des femmes en Occident". (História das mulheres) - Novembro 1992: "Femmes et Histoire", colóquio realizado na Sorbonne para debater esta obra coletiva." (in Perrot, 1994, p. 43).

No objetivo de dar visibilidade e voz à história e à historicidade das mulheres, e envolvidas e englobadas pelo desenvolvimento da história das mentalidades e da história do social, as pesquisadoras desenha uma história cultural dos espaços e identidades femininas e das diferentes modalidades de relações entre os sexos sociais. Há um recurso aos conhecimentos adquiridos da antropologia no traçado de uma cultura(s) feminina(s). Produz-se a tensão entre uma visão da complementariedade entre os sexos sociais e uma visão da dominação.

O perigo da primeira é tornar-se prisioneiro de uma visão irênica do equilíbrio entre os dois mundos masculinos e feminino e "de deslizar da noção de diferença de sexos à imposição de uma estrutura binária da sociedade que exclui a acuidade". "Pensar de outra forma a cultura feminina", é construí-la no interior de um sistema de relações

desigualitárias, na articulação fina dos poderes e contra-poderes. É associar e desvelar a imbricação de cultura e poder. Este parece ser o desafio teórico dos estudos históricos sobre mulheres segundo relatório produzido por um grupo interdisciplinar de pesquisadoras do Centre de Recherches Historique C.R.H.(1986).

A difícil questão da articulação da "diferença de sexo social" e da "dominação de sexo", parece encontrar aí lugar de formulação do acesso ao "neutro" que, por si poderia fazer a economia da reflexão do que seria a construção (social ou individual?) de uma diferença sexual, no horizonte do fim da dominação ou do fim da exclusão das mulheres. Esta difícil questão é posta como objeto de reflexão. "Se se considera que o neutro pode ser pensado como uma chance para as mulheres na medida em que se reinterpreta a categoria do universal, não há razão para que se coloque em perigo a diferença dos sexos lá onde tem seu interesse e sua razão, ao nível da relação de uma pessoa sexuada a outra. (...) Esta categoria de neutro não pode ser útil a não ser enquanto seja provisória e operatória". (id, p.289). A cada época de "transformação" histórica compreenderia uma investigação sobre os novos jogos das categorias de sexo, mesmo quando se façam no sentido de um ganho ou inclusão das mulheres no domínio público.

A partir do campo que se consolida em torno de uma "história das relações entre os sexos", de uma "história social e das representações" e de uma "história dos feminismos", configura-se também a proposta da inserção da história das mulheres na história política. Michèle Riot-Sarcey (1993) representa nitidamente esta posição. Propõe como objetivo "colocar um outro olhar sobre a história política a fim de levar em conta os processos onde se confrontam práticas, idéias, onde se elaboram utopias, onde indivíduos se posicionam como sujeitos rebeldes..." (p. 35).

Em resposta, sem dúvida, à expansão do uso do conceito de desconstrução e à expansão do empréstimo combinado dos instrumentais teóricos de Foucault e Derrida no campo americano dos estudos de gênero, a autora explicita a dívida em relação a Foucault, revisto a partir de uma proposta de integração plena da categoria da subjetividade. Os termos são esses: seu objetivo "não é desconstruir os textos, mas dar de novo vida aos escritos do passado; estar atenta muito particularmente os propósitos e atos destas vencidas da história que, num movimento de individuação e de subjetivação, que as coloca fora das categorias, fora do sistema do qual são vítimas (...)" (Riot-Sarcey, 1993, p. 35).

No caso da antropologia, o estudo privilegiado das relações de parentesco sempre implicou na importância da configuração da divisão simbólica do feminino e do masculino enquanto prática e representações, divisão sexual do trabalho, configuração de espaços distintos, imbricação com as concepções cosmológicas, etc.. É exatamente nesse domínio disciplinar que uma "antropologia dos sexos sociais" leva mais tempo para se constituir, segundo análise de Echard, Nicole e Selim, Monique (1991). Trata-se aqui de uma antropologia dos sexos que se constitui num campo de conhecimento onde as categorias sexuais fazem parte de objetos privilegiados como o são as relações de parentesco e a divisão sexual do trabalho nas sociedades primitivas e nas sociedades rurais.

A novidade que este campo introduz é o peso da colocação em questão da idéia de "complementariedade" dos papéis e funções entre homens e mulheres, assim como da idéia de "assimetria de sexo" contida no fato de que no sistema de alianças são sempre as mulheres as portadoras dos signos da troca e os homens os atores da troca. (Lévi-Strauss).

Em 1970, Nicole-Claude Mathieu já apresentava crítica aos discursos científicos sociológicos e etnológicos em torno das categorias de sexo, em comunicação apresentada a

Congresso de Sociologia e publicado na revista *Epistémologie Sociologique*. Em 1973, apresentava uma exposição no Seminário EPHE/ Collège de France de C. Lévi-Strauss, publicada na *Revista L'Homme* no mesmo ano. (Ver Mathieu, 1991). A crítica inicial dos discursos sociológicos e etnológicos das categorias de sexo, desdobra-se na análise epistemológica da associação das categorias natureza e mulher versus cultura e homem, tão correntes na antropologia quanto problemáticas.

É interessante apontar que paralelamente ao desenvolvimento da teoria universal da dominação de classe de sexo de Nicole-Claude Mathieu, se dava o desenvolvimento por Françoise Héritier da teoria de uma "valência diferencial dos sexos" que parece se impor universalmente e que, tal como a proibição do incesto, é fundamento do social e das regras que o permitem funcionar. (Héritier, 1975, 1981, Héritier-Augé, 1991). Também paralelamente, em 1976, Godelier afirmava o sexo social como fundamento último da ordem social e cósmica entre os Baruya, em seguida a artigos aparecidos entre 1970 e 1972. Em 1982 publicava livro sobre a dominação masculina Baruya.

Em 1983, Marie Elizabeth Handman publicava *La Violence et la Ruse* que será entendida pelas historiadoras (C.R.H., 1986) como uma novidade porque articula cultura e poder e mostra como os espaços femininos e masculinos se constroem numa "relação de poder" e se distancia da noção de complementariedade de Segalen (1980). Em 1985, a obra coletiva "L'Arraînement des Femmes", organizada por Mathieu produz o impacto de instaurar a discussão clara entre uma visão crítica de uma antropologia feminista que não só analisa as relações sociais de sexo como dominação, quanto critica a noção do "consentimento das mulheres" expressa por Godelier (1983). Afirma que ceder não é consentir, e por aí privilegia um olhar que diferencia o ponto de vista do sexo dominante e o do dominado.

O impacto das interrogações feministas no campo da antropologia é reconhecido e datado por Nicole Echard e Monique Selim (1991) em torno a 1982, ano da criação da "ATP Recherches des Femmes, Recherches Féministes". Foram então iniciados os trabalhos de pesquisa que deram origem à publicação de "L'Arraînement des Femmes" e posteriormente a outras publicações. Em 1991, um número dedicado à antropologia de sexos e ao sexo dos antropólogos se interroga sobre os efeitos da subjetividade do antropólogo do seu pertencimento a um sexo, no saber elaborado a partir do trabalho de campo.

A visão estruturalista da "valência diferencial de sexo" e visão da "dominação de sexo" parecem coincidir quanto ao seu caráter fundante e universal. Mas enquanto a primeira visão entende que a construção social e classificatória da diferença de sexo (hierarquizada em benefício do masculino) integra a razão simbólica como elemento fundante, a segunda entende que é possível desfazer, ao mesmo tempo, tanto a dominação quanto a construção social de sexo. De um lado, construção social de sexo e hierarquia são universais que não se podem transcender, embora variem as modalidades culturais. De outro, a construção social de sexo deixará de existir porque não terá sentido no processo de superação da dominação quando haverá acesso indiferenciado do feminino e do masculino ao "neutro".

As duas visões se distinguem também quanto ao reconhecimento ou não do papel dos atores sociais. Entre as teorias que partem da dominação masculina, o ponto de vista feminista é o que introduz a questão do olhar da subjetividade dos dominados, de tal modo que a dominação masculina não se apresente com o efeito de "naturalização de segundo

tipo", que pode ser associado à idéia de "efeito anestésico" derivado da imersão do mundo das representações da dominação masculina, nos termos de Perrot (1994). A controvérsia Godelier e Mathieu ("consentir versus ceder") aponta para a interrogação sobre a subjetividade dominada frente ao efeito da dominação. A visão estruturalista da Héritier, se universaliza a hierarquia ou assimetria do masculino sobre o feminino, não deixa de introduzir a possibilidade de fratura: são diversas as versões e modalidades de uma hierarquia simbólica se configurar...

A novidade do impacto do feminismo no campo intelectual francês dos saberes disciplinares da sociologia, antropologia e história foi a introdução dos efeitos de um olhar do observador capaz de privilegiar a análise das posições das mulheres e dos seus pontos de vista na reconstrução da totalidade social em análise. Há ênfase na reconstrução dos "mundos" masculinos e "femininos" e na categoria de dominação masculina. O debruçar sobre a categoria da dominação articulou uma interrogação sobre a categoria de subjetividade. Subjetividade entendida como estrutural, relativa à categoria da subordinação, e não relativa ou articulada à categoria da alteridade. Introduziu questões sobre a articulação entre cultura e poder no que tange as relações sociais de sexo. Entre os pesquisadores das ciências sociais que dialogam com as questões postas pelo feminismo, é colocada em foco a relação entre cultura e poder, através da teorização sobre dominação e subjetividade. A exceção é a posição de Françoise Héritier que pensa as relações entre o feminino e o masculino a partir da categoria de alteridade.

Na França, são os saberes feministas das disciplinas da psicanálise, da literatura e da filosofia que indagam sobre a subjetividade a partir da reflexão sobre a categoria da alteridade. Por esse tipo de inscrição nos saberes disciplinares, tradicionalmente pensados como mais distantes do "pensamento político sobre o social", falar em alteridade se torna quase sinônimo de falar em ahistoricidade e em reificações das diferenças sexuais como portadoras de "essências".

No entanto, no contexto anglo-saxão, especialmente americano, o feminismo introduz a reflexão sobre a subjetividade a partir da categoria da alteridade, no campo das interrogações epistemológicas pautadas por um nítido "pensamento político sobre o social".

A reflexão sobre as interrogações produzidas pelo feminismo relativamente à subjetividade a partir da categoria da alteridade, dentro do eixo do pensamento político do social e presentes nos saberes disciplinares da sociologia, antropologia e história, exige um voo para o outro lado do Atlântico, buscando produzir um diálogo. Correndo o risco de fazer um atalho, faço-o para apontar as leituras contrastivas e para encaminhar uma proposta analítica.

Incursões sobre alteridade e relações de gênero

Citada na introdução deste texto, Young (1990) fala na crítica a uma razão universal em nome de um "público heterogêneo" composto de grupos sociais *diferentes* entre si. Entre outras autoras, Code (1993) explicita a categoria de alteridade para chegar ao objetivo de lidar inovadoramente com a noção de subjetividade. Segundo ela: "Críticas feministas da epistemologia e da filosofia da ciência e da ciência social têm demonstrado que os ideais do pensador autônomo - o observador deslocado, desinteressado - e as epistemologias que informam são artefatos de um pequeno, privilegiado grupo de educados e geralmente prósperos, homens brancos. (...) Estas sistemáticas excisões da alteridade ("otherness") atestam uma presumida e desejada crença na estabilidade da ordem social (...)" A inclusão deste olhar, até então outro, é que poderá, segundo a autora, revelar uma outra perspectiva, capaz de criticar a primeira concebida enganosamente como universal e neutra em termos de gênero. Trata-se aqui de uma alteridade e de uma diferença concebidas numa discursividade política distinta dos parâmetros dominantes no cenário francês.

Um reexame da noção de diferença se faz necessário para encetarmos a discussão sobre a alteridade e a diferença.

Para Hérítier, ao tratar da diferença de sexos, sempre se fala em uma classificação hierárquica. O que a operação lógica mantém da observação do real é o princípio da descontinuidade inscrito na biologia. Assim o sexo representa a marca elementar da alteridade ou da diferença. Como a operação lógico-classificatória é sempre valorativa (operações de classificação, oposição, qualificação e hierarquização), estabelecer uma diferença é opor e comparar dois termos, de tal modo que há um termo que é referência para o outro. Não há assim equivalência de valor entre eles. A diferença sempre classifica e valoriza.

Este conceito de diferença é o conceito matemático da diferença: o que difere entre dois números. É um conceito quantitativo e comparativo. (Ver, a discussão de Affergan, 1989 e também Varikas, 1989, que estão presentes na discussão que faço).

O conceito estruturalista de alteridade de Lévi-Strauss, construído para falar da relação entre a sociedade ocidental e as sociedades primitivas que se instaura a partir do encontro etnográfico do antropólogo e dos seus nativos tem por objetivo expulsar toda e qualquer idéia de diferença. Associar à essa alteridade, uma idéia de diferença seria fazer decair o conceito de alteridade que se quer instaurado como equivalente. É a figura da distância entre as culturas de uns e outros e da única identidade comum que é a do "espírito humano" que permite sustentar a idéia de uma alteridade não contaminada pela idéia decaída porque comparativa-valorativa da diferença. A noção de alteridade está aí sustentada numa distinção de qualidade.

Quando, ao contrário, se está dentro de um mesmo sistema simbólico classificatório, segundo o pensamento estruturalista, sempre se está tratando com a diferença. É preciso estar distante destes sistema para se tratar da alteridade equivalente (ou indiferente) em termos de valor. É como se todas as relações sociais fossem da ordem do valor com exceção da relação da objetividade da relação etnográfica.

Entendo que toda a discussão filosófica atual sobre os conceitos de diferença e alteridade se situam na retomada dessas questões. É assim que a ênfase no "diferendo" de Lyotard e na "difference" de Derrida, mesmo que fraturem (ou desconstruam) a supremacia

do um, introduzindo sempre o outro, este outro é decaído em relação ao primeiro. É um "autre" com "a" minúsculo, (como diria Lacan) que sempre funciona como o traço ou a lembrança de que o "um" não é onipotente diante da Alteridade com "A" maiúsculo que sempre lhe escapa. Mas o "autre" é sempre decaído (valorativamente) em relação ao "um", que é o termo de referência para os dois. Assim, o feminino que é introduzido na filosofia da "diferença", é sempre portador da alteridade. É o feminino que representa numa linha de mão única sempre o outro (segundo) para o masculino (o um). Contudo, se este "um" continua presente no pensamento de Derrida, este "um" está irremediavelmente fraturado. Identidades e diferenças se dessubstancializam e dão origem a contínuas disseminações. Há no pensamento de Derrida tanto uma crítica ao fallogocentrismo quanto uma despolitização da questão social. Privilegia os textos estéticos e a literatura e remete os discursos da ciências sociais à ordem metafísica do um unívoco. (Derrida, 1972, 75, 81, 90 e a crítica feita por Zima, 1994).

O pensamento derrideano não é absorvido pelos saberes disciplinares da sociologia, história e antropologia do campo de estudos de sexo social na França, mas apenas pela literatura, psicanálise e filosofia. Os primeiros entendem que Derrida contribui para manter uma diferença de sexo-gênero pela atribuição de uma posição sempre de alteridade ao feminino, diferença que, ao contrário, deve vir a desaparecer. Criticam seu discurso porque expulsa da cena as questões político sociais e as questões da dominação.

Os caminhos de empréstimo intelectual entre os dois lados do Atlântico (Ver Varikas, 1993) parecem em geral "tortuosos". A partir dos departamentos de letras e do novos departamentos de "estudos culturais" americanos, o pensamento desconstrucionista de Derrida, as críticas pós-modernistas e o chamado "french feminism" que corresponde exclusivamente ao "feminismo da diferença" chegam aos departamentos americanos de ciências sociais, de história e às áreas da psicologia e da psicanálise. Por um outro caminho, especialmente o da antropologia americana interpretativa, que emerge da tradição culturalista mas se constitui em uma nova antropologia próxima ao contexto fenomenológico e a uma epistemologia fundada na intersubjetividade, reforça-se a tendência dominante da crítica ao discurso ocidental e ao pensamento iluminista. Esta antropologia não propugna a desconstrução mas sim interpretações. Não pretende aceder à verdade mas a uma tessitura de significados. (Ver Geertz, 1978 e 1983 e Clifford and Marcus, 1986). Tal como Heidegger e Derrida, que privilegiam o discurso literário, propugnam a proximidade do discurso antropológico ao literário e enfatizam a plurivocidade.

Esse quadro intelectual está todo inserido num contexto da politização das diferenças. O contexto político americano vai "politizar" o discurso de Derrida e inverter o sentido da alteridade feminina. O feminino derrideano vai ser valorizado, vai querer se tornar o "um" para o masculino, ou ao menos fazer um caminho de mão dupla. A "disseminação" filosófica se transforma na multiplicidade de vozes das mulheres, das minorias étnicas, isto é, das vozes marginais. A utilização simultânea de Foucault é, em geral a condição e a garantia de politizar e tornar crítica a "desconstrução" dos saberes científicos. A leitura americana de Derrida longe está de ser a mesma leitura francesa.

De outro lado, há também no campo francês uma distorção de recepção da produção dos "gender studies" americanos. Muitas vezes são vistos como colados ao "feminismo francês da diferença" e, portanto como um discurso que evacua o político tal como entendem que Derrida o faz. O caráter predominantemente não essencialista, histórico

cultural e político da idéia de "diferença" americana e sua inseparabilidade da idéia de dominação, nem sempre pode ser visualizado pois o campo político-intelectual francês parte de um mal-estar prévio face à noção de diferença.

A discussão americana está assentada na idéia de uma diferença que não se quer quantitativa, e aponta para a idéia de uma alteridade que seja uma distinção posta no processo da relação que sempre exige dois e não um. É interessante como essa idéia é próxima da idéia levi-straussiana da alteridade possível entre etnógrafo e nativo. Uma alteridade capaz de reconhecer a distância entre um e outro, pelo próprio fato de se porem em relação e poderem instituir uma suspensão da comparação. Há, em Lévi-Strauss, o perigo romântico de pensar uma alteridade que se constitui como uma relação entre dois que se distinguem, e que não se classificam comparativamente. Há, porém, do outro lado, o perigo da evacuação da análise da idéia de alteridade constituída pela relação de dois. Esquecer isso é imergir no mundo das representações onde os atores-sujeitos irremediavelmente não tem peso. Só fazem figuração.

Teoricamente o que proponho é *não colar* o "ato" da classificação e o ato da "atribuição de valor". A referencialidade é o princípio da idéia de alteridade. Assim, se não pode ser pensada como constituída por qualquer essência, não pode ser pensada apenas a partir do *um* que pré-define a relação e que torna um dos elementos num elemento "decaído". O jogo lógico é mais complexo.

Esquecer ou negar a visibilidade da relação e dos olhares situados é imaginar o mundo como um quadro pictórico, sem sujeitos, a imersão total no mundo da representação classificatória onde a diferença será sempre reduzida ao mais e ao menos. A alteridade (conceito não quantitativo) é constituída na relação, ou seja, toda relação entre um e outro constitui uma relação de alteridade, onde desde o início, existem dois e não um. Nunca no início da relação social existiu um, mas dois, em que cada um é o outro do um. Não há assim a possibilidade de reduzir o conceito de alteridade à diferença em que um termo é sempre "decaído". A alteridade que se constitui na relação remete sempre à qualidade distinta e reversível de um a outro e de outro a um. Trata de uma distinção da ordem da qualidade e não da quantidade e não remete a qualquer essência, mas sim à instauração mesma da relação. Entre dois, há identidade e alteridade. Postas sempre em historicidade.

Assim se nas construções sociais dos gêneros femininos, sempre se puderam tecer significados de diferença e dominação da ordem simbólica do um, sempre se puderam tecer significados de alteridade da ordem das relações que se instituem, irreduzíveis à hierarquia e a dominação porque sempre postas no mundo da historicidade. A idéia lévi-straussiana de um mundo de alteridades transparentes para o etnógrafo, pelo que venho expondo, é claro, deve ser criticada. O que dele retenho é a idéia de que a alteridade não se reduz à classificação hierárquica nem à dominação.

Em diálogo com o "campo francês de sexo social" entendo que se deveria ou se poderia reexaminar a evacuação da idéia de relações de alteridade em nome das relações de dominação. Ao contrário, creio que toda relação de dominação deve ser pensada como se fazendo numa relação que não se esgota na dominação (esta sim predominantemente num sentido), porque é sempre também uma relação de alteridade "de duas mãos" (mão dupla). Alteridades *jamais essencialistas*, porque *exclusivamente* referenciais e relacionais em termos recíprocos. Os processos de dominação, diferenciação e identificação passam a poderem ser sempre vistos na sua historicidade, isso é, esses processos são caracterizados assim pela sua dimensão presente de incompletude: a dominação é jamais completa porque

sempre precisa ser refeita porque sempre posta em questão. Há algo na relação de alteridade que não se sujeita ou se reduz à dominação.

"A diferença, nós vimos, é uma simples associação entre o diferenciado e o diferenciante, no seio da qual este rompe em seu favor a igualdade de direito que constituía sua legitimidade. A diferença termina por se absorver numa desigualdade de direito e de fato pelo estratagema da comparação. A alteridade em revanche é uma dissociação. O outro é para si mesmo sua própria identidade e sua própria alteridade. Enquanto exota, ela é não somente irreduzível a mim, mas também a si mesmo". (...) A cultura não é de uma só vez identidade, mas identificação, logo, tentativa, sempre posta em marcha e sempre abortada, de associar e de fazer corresponder modos de existência às aparições humanas. É por isso que não se pode fazer economia da identidade do antropólogo". (François Affergan, 1987).

No dizer da filósofa e historiadora francesa Fraisse (1990), "os sexos são semelhantes e diferentes. (...) A identidade dos sexos e sua diferença foram pensadas em função uma da outra. Esta mútua dependência poderia ser o ponto de partida de um trabalho filosófico".

A alternativa entre a identidade e a diferença estão sempre baseadas no pensamento utópico e na sua forma de adequação a uma estratégia política. Não se tratam de verdades alternativas. A sua colocação como alternativas, quando são as duas afirmações válidas em algum nível lógico, é o problema a ser tomado como objeto do trabalho analítico. É nesse sentido que proponho repensar a idéia das relações de alteridade, não como se estivessem na contra-mão dos estudos sobre a dominação de gênero, mas como capaz de fecundá-lo porque permite não reduzir (ou colar irremediavelmente) o entendimento das relações de gênero como relações de dominação. Entendo que somente fugindo deste reducionismo, é que se pode pensar radicalmente a historicidade das relações de dominação porque não se conceberia qualquer dominação logicamente eternizável pelo simples fato de se enunciar uma diferença de sexos. A universalidade das relações de gênero só estaria contida em um qualquer nível de elaboração simbólica relativa à identidade e à diferença entre os sexos.

Acredito estar me aproximando também da preocupação de Rancière (1992) de uma teoria dos olhares (regards) e não das representações, de uma visão de dominação que não tenha o efeito, ao ser descrita de "anestesiante" o leitor. À busca de uma teoria da fala sobre uma dominação que não tenha o efeito anestésico da própria designação da dominação. Um mundo dos olhares situados (regards) e não da imersão exclusiva nas representações.

Na reflexão de Perrot que se segue à publicação da obra e aos debates coletivos, a autora privilegia a discussão em torno da crítica de Rancière à "captura pela imagem e pela noção de representação comum e do combate pela visibilidade, uma história dos olhares e não das representações" (Rancière, 1992, p. 57 e 61). Perrot entende que seja possível que a consciência do peso do simbólico, das representações e da longa duração dos sistemas de valores que fundam uma dominação masculina, possa ter tido um efeito anestésico. Contudo, vejamos como explicita a direção do sentido da obra. "Nós (Geneviève Fraisse e eu) partilhávamos a mesma preocupação: mostrar o que faz a modernidade do século XIX que não é somente um século sombrio de enclausuramento e de tutela das mulheres, mas o de seu acesso difícil, tenso, certo, à liberdade. Século contraditório que empurra o mais longe possível a divisão das esferas (o público, o privado) e a divisão dos sexos, mas ao mesmo tempo cria as possibilidades de acesso das mulheres a um estatuto de sujeito, ou

seja de cidadã." (Perrot, 1994, p.49).

Uma história das representações masculinas, fez e faz parte também de uma história dos olhares situados, enquanto capazes de focalizar tais representações sem com elas se confundirem. Assim, no meu entender, a crítica a um estudo das representações, a análise de imagens, etc., é um falso problema. O problema crucial apontado por Rancière, ao menos, do modo como o entendo, é metodológica. Ou bem estamos inscritos cegamente no mundo das representações e somos por elas capturados ou o sujeito é sempre situado e sempre se situa, de tal modo que não somos sujeitos desencarnados, mas que estamos sempre obrigados a olhar e nos situar. A questão metodológica não é se impedir de fazer um estudo das imagens pictóricas ou dos textos literários. O problema é fazer da imagem pictórica a metáfora ou o emblema da imagem da sociedade.

O efeito de "anestesiamento" ou o efeito de uma "captura pela imagem" apontam para o que chamo de efeito de "naturalização de segundo tipo" tão presente nos dizeres dos saberes tradicionais das ciências sociais. Contra o qual, construiu-se um pensamento teórico feminista e, a partir deste, um campo intelectual de estudos de gênero se construiu na "citê scientifique". É a interrogação a este "anestesiamento" e não este "anestesiamento" da subjetividade do autor(a) diante da dominação nas relações de gênero, que a empresa dos estudos de gênero e das mulheres se situa. A forma privilegiada de tratar da questão da subjetividade e do sujeito, é a de uma subjetividade em situação. Mas a tensão está aí presente.

Considerando o impacto do feminismo nos saberes disciplinares das ciências sociais e da história, entendo assim que a sua posição não é agonística. Entendê-la como agonística seria considerar que seu militância introduziria a "impureza" ou a "poluição" no meio da pesquisa ortodoxa e "pura", acabando por subvertê-la ou por submeter-se. Não subverte o campo universitário e, portanto, não o normaliza, e nem é por ele normalizado. Não revoluciona, mas introduz a consentaneidade de um certo grau de lucidez obrigatória.

A perspectiva feminista introduz e exige a construção do objeto a partir de um olhar situado. Seja situado a partir de um "olhar da mulher", de "olhares de múltiplas mulheres nas suas diferenças de raça, cultura e opção sexual", a partir do "olhar feminino" ou a partir dos "múltiplos olhares femininos". Como o feminino na cultura científica tradicional jamais foi constituído como o paradigma do neutro, o sujeito que se diz metodologicamente feminino e/ou feminista jamais passará por uma fala neutra, não podendo repetir o feito da visão masculina que propicia o contínuo deslizamento entre masculino e neutro. A sua mera introdução produz uma impossibilidade de alçar o gênero do cientista a paradigma da humanidade. Está interdita a identidade entre o "criador-cientista" e o "objeto criado-realidade reconstruída". Na discursividade dominante da ciência, a humanidade não pode ser lida pelo paradigma do feminino, isto é, pelo acesso privilegiado do feminino ao neutro. O sujeito feminista por estar em contraponto com a discursividade dominante de gênero faz situar tanto o neutro como o masculino como diferentes dele mesmo e descolados entre eles. Se o feminismo não constrói uma nova discursividade científica, essa discursividade já não é mais a mesma, pois no seu interior, no campo intelectual que toma o feminismo como interlocutor, a sua interrogação está presente. Já está alterada. No seu interior, já foi revelado o descolamento possível entre masculino e neutro.

O pensamento utópico de uma outra ordem nas relações de gênero tem por efeito a luta contra a "naturalização de segundo tipo" que todo conhecimento das "ciências

sociais" tende a construir e que só pode escapar se tratar dele como problema. Porque se pergunta pelo saber que se diz neutro em relação ao gênero, e revela a sua parcialidade, não revela uma qualquer "suposta e única verdade sobre a construção social dos sexos"; revela suas versões e contra-versões. O pensamento utópico feminista se contrapõe à "retórica encantatória" dessa "antiga verdade das ciências sociais".

As estratégias de consolidação das perspectivas feministas no interior de cada cenário político e cada saber disciplinar são distintas. No campo americano, anuncia-se com muito mais força a produção de uma nova forma de fazer ciência, de uma nova epistemologia, ou de epistemologias e ciências no plural. No campo francês, anunciam-se novas temáticas e novas perspectivas de análise dentro dos saberes disciplinares e interdisciplinares. Novas reflexões na filosofia, mas não novas epistemologias ou novas formas de fazer ciência.

Enquanto dominação e subjetividade ganham terreno nas ciências sociais e na história francesas, a politização das diferenças nos Estados Unidos introduz com força a categoria da alteridade articulada à da subjetividade, revisitando-a.

No Brasil, há no imaginário do cenário político, o simultâneo elogio de um Brasil único, diferenciado "apenas" pelas classes e o elogio de um Brasil plural constituído por diversidades de culturas. Um Brasil que dá lugar tanto à manutenção das diversidades culturais como vê com bons olhos o esquecimento das origens e a total integração. Um Brasil que não se quer racista, mas que considera "natural" que as diferenças de classe classifiquem as raças. Um país que permite na legislação a quase vanguarda das reivindicações de gênero, tanto em prol da igualdade de gênero, quanto das especificidades da situação das mulheres, mas que considera "natural" não oferecer condições de concretizá-las. "Naturalização das desigualdades de classes" e simultâneo "elogio das diversidades" e da "unidade brasileira"... Os pontos de vista femininos e feministas parecem poder ser incorporados como não perigosos desde que a prioridade seja o pertencimento a uma cultura e visão mais englobadora como a de ser brasileiro ou lutar por uma política social geral...

São apenas idéias rapidamente traçadas para apontar que o cenário político brasileiro pode apresentar traços que dão lugar à quase importação das linguagens dos movimentos das minorias americanas, com ênfase nas diversidades culturais, apontando para uma utopia do pluralismo cultural. Também dão lugar à incorporação das linguagens dos movimentos políticos de nítida conotação de desigualdade social, baseados em princípios pensados como universais, onde a questão da dominação de classe impera.

Articular as idéias de dominação e de alteridade estariam assim possivelmente sendo inspiradas por essa representação do imaginário político dominante do cenário brasileiro. Não se trataria de incorporar acriticamente uma ou outra inspiração teórica. Poder-se-ia no Brasil, como proponho, trabalhar refletidamente com essas categorias para poder pensar a dupla leitura das diferenças sociais no Brasil e das diferenças de gênero. A idéia de igualdade não estaria colada a uma identidade uniforme. Igualdade e diferenças não seriam antinômicas no cenário político brasileiro, muito embora as diferenças só pudessem ser nomeadas positivamente para as mulheres na enunciação dos seus direitos e encompassadas pela afirmação da igualdade política.

Se o impacto dos feminismos nos campos intelectuais referidos traduziu-se na produção do conhecimento teórico dos saberes disciplinares, é preciso lembrar que os rumos futuros dos efeitos dos discursos feministas no campo intelectual dependem não só

dos processos internos relativos a seu grau de autonomia relativa do campo, mas muito dos rumos políticos dos movimentos de mulheres e dos rumos das políticas sociais nacionais e mundiais sobre a situação das mulheres e sobre as diferenças culturais.

BIBLIOGRAFIA

- AFFERGAN, Francis. 1987. *Exotisme et Alterité*, Paris, PUF.
- . 1991. "Critiques Anthropologiques". *Presses de la Fondation Nationale des Sciences Politiques*, Paris.
- APEL, Karl-Otto. 1985. *La Transformacion de la Filosofia*. Madrid, Taurus.
- BENHABIB, Seyla e CORNELL, Drucilla. 1987. *Feminism as Critique*. New York, Basil Blackwell.
- BOONS, Marie-Claire. 1991. *Mulheres/Homens. Ensaio Psicanalítico sobre a Diferença Sexual*, Rio, Ed. Dumará.
- BOURDIEU, Pierre. 1968. *Problemas do Estruturalismo*. Rio, Zahar.
- . 1974. *A Economia das Trocas Simbólicas*. São Paulo, Perspectiva.
- . 1990. "La Domination Maculine" in *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, Paris, n° 84.
- . 1992. "Remarques sur l'histoire des femmes" in DUBY et PERROT (ed.) *Femmes et Histoire*, Plon.
- BRUSCHINI, C. e COSTA, A. (orgs.). 1992. *Uma Questão de Gênero*. Ed. Rosa dos Tempos e F. Carlos Chagas, S. Paulo.
- CASSIRER, Ernest. 1988. *L'idée de l'histoire*, Paris, Cerf.
- CENTRE DES RECHERCHES HISTORIQUES. 1986. "Culture et Pouvoir des Femmes: Essai d'Historiographie" in *ANNALES*, Paris.
- CLIFFORD, James and MARCUS (org.). 1986. *Writing Culture*. Univ. of California Press, Berkeley and Los Angeles.
- CODE, Lorraine. 1993. "Taking Subjectivity into Account" in ALCOFF and POTTER *Feminist Epistemologies*, Ed. Routledge, New York and London.
- DELPHY, Christine. 1970. "L'ennemi principal" in *Partisans*, Paris, Maspéro, n° 0.
- . 1977. "Nos amis et nous" in *Questions Féministes*, Paris, n° 1, nov.
- . 1981. "Le Patriarcat, le féminisme et leurs intellectuelles" in *Nouvelles Questions Féministes*, Paris, n° 2, octobre.
- DERRIDA, Jacques. 1972. *Marges de la Philosophie*, Paris, Minuit.
- . 1972. *La Dissemination*, Paris, Seuil.
- . 1972. *Positions*, Paris.
- . 1981. *Glas. Que reste-t-il du savoir absolu?* Paris, Denoel-Gonthier.
- . 1990. *Du Droit à Philosophie*, Paris, Galilée.
- DUBY y PERROT (orgs.). 1993. *História das Mulheres*, Taurus.
- DUMONT, Louis. 1984. *Ensaio sobre o Individualismo*, Ed. Rocco.
- ÉCHARD, Nicole et SÉLIM, Monique. 1991. "Introduction". Dossier-Anthropologie des Sexes, Sexe des Anthropologues in *Journal des Anthropologues*, Paris, n° 45.

- ÉCHARD, Nicole et QUIMINAL. 1991. "Entretien avec Françoise Héritier-Augé: la valence différentielle des sexes au fondement de la société" in *Journal des Anthropologues*, Paris, n° 45.
- FELDMAN, Jacqueline et MORELLE, Annie. 1994. "Les femmes savantes` in France: under the glass ceiling" in *World Yearbook of Education*, 1994.
- FLAX, Jane. 1991. "Pós-Modernismo e Relações de Gênero na Teoria Feminista", pgs. 217 a 250, in Hollanda, H. (org.) *Pós-Modernismo e Política*, Ed. Rocco.
- FOUCAULT, Michel. 1976. *La volonté de savoir*, Paris.
- FOUGEYROLLAS, Dominique, CHABAUD, Danielle et SONTONAX, Françoise. 1985. *Espace et Temps du Travail Domestique*, Paris, Librairie des Méridiens.
- FOUGEYROLLAS, Dominique. 1993. "Aux marges de la domination masculine: le féminisme, à propos des Actes de la Recherche en Sciences Sociales, 1990" in *Futur Antérieur, Féminismes au Present*, Paris, L'Harmattan.
- FRAISSE, Geneviève. 1989. *Muse de la Raison. La démocratie exclusive et la différence des sexes*. Aix-en Provence, Alinés.
- . 1990. "La difference des sexes, une différence historique" in David-Ménard, Fraisse et Tort (Orgs.) *L'Exercice du Savoir et la Différence des Sexes*, Ed. des Femmes, Paris.
- . 1992. "La lucidité des philosophes" in *Les Cahiers du GRIF*, Tierce.
- GADANT, Monique. 1991. "Tu ne connaîtras jamais bien les Maya" in *Dossier Anthropologie des Sexes, Sexe des Anthropologues, Journal des Anthropologues*, Association Française des Anthropologues n° 45, septembre.
- GEERTZ, Clifford. 1978. *A Interpretação da Cultura*.
- . 1983. *Local Knowledge*, New York, Basic Books.
- GODELIER, Maurice. 1970. "Monnaie de sel et circulation des marchandises chez les Baruya de Nouvelle-Guinée", *Cahiers Vilfredo Pareto*, 21, Genève, Droz.
- . 1976. "Le sexe comme fondement ultime de l'ordre social et cosmique chez les Baruya de Nouvelle-Guinée" in Verdiglione, (ed.), *Sexualité et Pouvoir*, Paris, Payot.
- . 1982. *La Production des Grands Hommes: pouvoir et domination masculine chez les Baruya de Nouvelle-Guinée*. Paris, Fayard.
- . 1989. *La Production des Grands Hommes*, Paris.
- GUILLAUMIN, Colette. 1978. "Pratique de pouvoir et idée de nature" in *Questions Féministes*, n° 2 et 3.
- . 1979. "Question de différence" in *Questions Féministes*, n° 6.
- . 1982. "Femmes et théories de la société: remarques sur les effets théoriques de la colère des opprimées" in *Sociologie et Sociétés*, XIII.
- . 1992. *Sexe, Race et Pouvoir*, Paris, Côte-Femmes.
- HANDMAN, M. Elisabeth. 1983. *La Violence et la Ruse. Hommes et femmes dans un village grec* Édisud, Paris, Édisud/M.méditerranéens.
- . 1993. "La Division Sexuelle des Savoirs", in *Actas do II Congresso Português de Sociologia*, Lisboa.

- HEILBORN, M. Luiza. 1993. "Gênero e Hierarquia. A Costela de Adão Revisitada", pgs. 50 a 82, in *Estudos Feministas*, vol. 1, Rio, UFRJ.
- HÉRITIER, Françoise. 1981. *L'Exercice de la Parenté*. Paris, Seuil.
- . 1991. "La Valence différentielle des sexes" in *Dossier Anthropologie des Sexes, Sexe des Anthropologues, Journal des Anthropologues*, n° 45, septembre.
- . 1994. *Les Deux Soeurs et Leur Mère*. Paris, Éd. Odile Jacob.
- HIRATA, Helena. 1992. "Notes sur les apports d'une problématique en terme de rapports sociaux de sexe à ma recherche" in *Cahiers du GEDISST*, n° 3, Paris.
- KERGOAT, Danièle. 1993. "Présentation" à "La qualification, un enjeu des Rapports Sociaux de Sexe?" in *CAHIERS du GEDISST*, IRESO-CNRS, n° 7.
- KOFMAN, Sarah. 1992. "La question des femmes: une impasse pour les philosophes", pgs. 65 a 73, in *Les Cahiers du Griff*, Deuxtemps Tierce, printemps.
- LAGRAVE, Rose-Marie. 1990. "Recherches féministes ou recherches sur les femmes?" in *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, Paris, n° 83.
- MACHADO, Lia Z. 1991. "Tradição e Neomodernidade na América Latina. Etnicidade e gênero" in *Revista Sociedade e Estado*, Dept. Sociologia, UnB.
- . 1992. "Feminismo, Academia e Interdisciplinaridade" in COSTA e BRUSCHINI (org.) *Uma Questão de Gênero*. Ed. Rosa dos Tempos.
- MATHIEU, Nicole-Claude. 1985. *L'Arraînement des Femmes. Essais en Anthropologie des Sexes*, Paris, Ed. de l'EHESS.
- . 1991. *L'Anatomie Politique. Catégorisations et Idéologies du Sexe*. Paris, Côté-femmes éditions.
- PERROT, Michelle. 1994. "Où en est en France l'histoire des femmes?" in *French Politics and Society*, vol. 12, n° 1.
- PLANTÉ, Christine. 1989. *La petite soeur de Balzac. Essai sur la femme auteur*. Paris, Seuil.
- QUESTIONS FEMINISTES (COLLECTIF). 1977. "Variations sur des thèmes communs", pgs. 1 a 19, (editorial do primeiro número da revista, *Questions Feministes*, n° 1, novembre).
- RANCIÈRE, Jacques. 1992. "Sur l'histoire des femmes au XIX° Siècle" in DUBY et PERROT (ed.) *Femmes et Histoire*, Paris, Plon.
- RIOT-SARCEY, Michèle. 1993. "De l'histoire politique et des pouvoirs" in *Futur Antérieur Supplément Feminismes au Présent*. Paris, L'Harmattan.
- SAINT-MARTIN, Monique de. 1990. "Les 'femmes écrivains' et le champ littéraire" in *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, Paris, n° 83.
- SEGALEN, Martine. 1980. *Mari et Femme dans la société paysanne*, Paris, Flammarion.
- SINEAU, Mariette. 1993. "Les Femmes dans la cité: droits des femmes et démocratie" in THÉBAUD, Françoise (dir.) *Histoire des Femmes. Le Siècle XX*, Paris.
- SINGLY, François de. 1992. "Les Rivalités entre les Genres dans la France Contemporaine" in *Colloque Femmes et Histoire*, novembre.

- VARIKAS, Éleni. 1989. "Dissonances dans la Révolution" in *L'Homme et la Société*, Paris, L'Harmattan, n° 94.
- . 1993. "Feminisme, Modernité, Post-Modernisme: pour un dialogue des deux côtés de l'océan". *Futur Antérieur*, Paris.
- YOUNG, Iris Marion. 1990. "A Imparcialidade e o Público Cívico: algumas implicações das críticas feministas da teoria moral e política" in BENHABIB, Seyla e CORNELL, *Feminismo como Crítica da Modernidade*, São Paulo, Ed. Rosa dos Tempos.
- ZIMA, Pierre. 1994. *La Déconstruction. Une Critique*. Paris, PUF.